

Guerra pela memória: Malvinas e o embate entre veteranos (militares e civis) e familiares de soldados mortos no campo da construção de memórias

Maurineide Alves da Silva

Universidade Estadual de Goiás

Morrinhos - Goiás - Brasil

maurineidealves@yahoo.com.br

Resumo: Iniciamos o artigo¹ analisando o conflituoso campo de construção de memórias sobre eventos traumáticos que marcaram a História. Posteriormente, enfocamos como se processa esse conflito nas construções de memórias sobre a Guerra das Malvinas, que envolvem vários setores da sociedade argentina, principalmente os veteranos da guerra, militares e civis, e familiares de soldados mortos. O período analisado inicia-se no ano de 1982, com o final da guerra, e encerra-se em 2015, ano de conclusão da pesquisa. Ao analisarmos o vasto material bibliográfico argentino sobre o tema e entrevistarmos veteranos e familiares de soldados que morreram no conflito, concluimos que o principal fator de embate nas construções de memórias da guerra é que esta foi empreendida por um governo de uma ditadura militar, o que para um grupo é um aspecto que deve ser sempre lembrado devido aos abusos cometidos por oficiais contra conscritos no front, e para outros deve ser esquecido para evitar discursos que deslegitimam a guerra.

Palavras-chave: Construções de memórias. Guerra das Malvinas. Ditadura Militar argentina.

Introdução

O fim da Guerra das Malvinas marca o início de uma disputa pela construção de sua memória. Uma disputa que envolve governo, veteranos, familiares de soldados mortos, intelectuais, cineastas e vários outros setores da sociedade argentina. Ao tentar construir uma memória oficial do mais traumático conflito empreendido pelo país, diferentes grupos apresentam suas próprias construções, sob diferentes perspectivas e objetivos, o que gera um interminável embate que já dura trinta e três anos.

¹ Texto proveniente da tese: "Trinta e três anos de guerra: Malvinas e o embate entre intelectuais, veteranos, familiares de caídos e narrativas fílmicas no campo da construção de memórias (1982-2015)". (2016). Repositório da Universidade de Brasília (UNB) sem registro.

Durante a pesquisa constatamos que as associações de veteranos são locais de memórias de onde saem as pessoas mais participativas no debate sobre as representações ou reconstruções sobre a guerra. A participação em associações tornou os veteranos mais envolvidos politicamente no que diz respeito à luta pela consideração de suas experiências e reparações econômicas, à continuidade das reivindicações pelas Malvinas, além de demandas por outras causas políticas, econômicas e sociais na Argentina.

Ao constatarmos que essas organizações construía diferenciadas memórias sobre a guerra e apresentavam diferentes reivindicações junto à sociedade e ao Estado, ficaram evidentes também a existência de conflitos e disputas entre elas. Por isso definimos que entrevistariamos dois membros de uma associação de soldados, o *Centro de Ex Combatientes Islas Malvinas* (CECIM), localizada na cidade de La Plata, onde não é permitida a participação de oficiais, e dois membros de uma associação predominantemente de oficiais, a *Asociación de Veteranos de Guerra de Malvinas* (AVEGUEMA), situada em Buenos Aires.

Na AVEGUEMA, conversamos com o general Sergio Fernández², presidente da associação, e com o tenente-coronel Juan Carlos Yorio³. Já em CECIM de La Plata, entrevistamos os veteranos Rodolfo Carrizo⁴ e Ernesto Alonso⁵, que além de membros dessa associação, este último é também presidente da *Comisión Nacional de Ex Combatientes de Malvinas*. Na *Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur*, entrevistamos seu representante, César Gonzáles Trejo⁶, que também foi à guerra como soldado. Posteriormente, entrevistamos a presidente da associação, Delmira de Cao⁷, mãe do soldado morto no conflito, Julio Cao.

² Sergio Fernández, 64 anos, é general do Exército aposentado - aos 31 anos, durante o período da guerra, exercia o cargo de primeiro-tenente – e foi um dos chefes da Companhia de Comando 601, tendo 19 homens sob seu comando.

³ Juan Carlos Yorio tem 63, é tenente-coronel aposentado e era primeiro-tenente quando foi à guerra.

⁴ Rodolfo Carrizo, 61 anos, nasceu na Província de San Juan, é professor adjunto da Cátedra Libre Malvinas, Comunicación y Nación da FPYCS da UNLP (Universidade Nacional de La Plata). Tinha 27 anos quando foi convocado e era um dos mais velhos soldados conscritos.

⁵ Ernesto Alberto Alonso, tem 53 anos e é presidente da Comisión Nacional de Ex Combatentes de Malvinas, órgão público do governo federal. Ele estava no período do serviço militar há um ano, próximo de dar baixa, quando soube do início da guerra.

⁶ César Horácio González Trejo tem 53 anos, atuou como soldado na enfermaria durante a guerra, trabalha na Chancelaria e atua como representante da Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur.

⁷ Delmira Hasenclever de Cao, 79 anos, é dona de casa e presidente da Comisión dos Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur, é mãe do professor Julio Cao, voluntário na Guerra das Malvinas e que morreu durante o conflito.

A definição do último entrevistado começou com leituras acerca das discussões atuais sobre a Guerra das Malvinas, nas quais identificamos a existência de um grupo de ex-soldados que participaram da Guerra das Malvinas não na ilha, mas no continente, na parte logística e de guarda da costa argentina, e que durante as entrevistas, em 2015, acampavam na *Plaza de Mayo*, reivindicando o reconhecimento como veteranos e o consequente recebimento de pensão, como a recebida pelos que foram às Malvinas. O veterano do grupo a ser entrevistado foi Hector Rossi⁸.

Ao trabalhar com entrevistas, buscar o aparato teórico-metodológico da história oral se fez necessário. De acordo com Lozano (1998, p.17), os historiadores que trabalham com fontes orais e as consideram em si mesmas, não somente como um apoio, “colhem, ordenam, sistematizam e criticam o processo de produção da fonte. Analisam, interpretam e situam historicamente os depoimentos e as evidências orais”. Isso implica dizer que para o pesquisador, o cuidado com essas fontes é o mesmo que se aplica a outras como escritas, imagéticas, etc., dentro do processo de reflexão teórica na sua relação com o empírico. Também é relevante a consciência do pesquisador de que aprender a trabalhar com história oral envolve a prática, sendo fundamental a disposição de analisar e refletir sobre os passos que foram percorridos e os erros cometidos.

De acordo com Alberti (2004, p. 98), há três tipos de roteiros de entrevistas a serem elaborados durante o trabalho com história oral: o roteiro geral, os roteiros individuais e os roteiros parciais. O primeiro, roteiro geral, deve ser elaborado após a pesquisa bibliográfica sobre o tema; os roteiros individuais são construídos a partir do cruzamento da biografia do entrevistado com o roteiro geral, e os roteiros parciais, elaborados entre as sessões de entrevistas com base nas informações obtidas sobre o tema e sobre o entrevistado nos depoimentos.

Seguindo tais orientações foi primeiramente elaborado o roteiro geral de perguntas. Após o primeiro contato com as sete testemunhas e o levantamento das suas biografias, elaboramos o roteiro individual e, por último, já durante as entrevistas, elaboramos o roteiro parcial, baseado em informações registradas, durante os relatos, no caderno de campo. No caderno de campo foi registrado todo o processo – ou quase todo –, desde o primeiro encontro aos detalhes que caracterizaram cada entrevista, gestos, sorrisos, lágrimas, etc., além dos dados que ajudariam a elaborar outras questões, que

⁸ Hector Claudio Rossi, 53 anos, não faz parte de nenhuma associação de veteranos, até porque não é considerado oficialmente como veterano por não ter sido enviado ao front nas Malvinas, ficando encarregado da guarda do litoral no continente.

seriam parte da entrevista no mesmo dia ou em outro momento, caso tivesse sido necessário continuar. Após as entrevistas e a transcrição destas, o caderno de campo nos serviu para complementar as informações necessárias para a análise dos depoimentos.

Nossa pesquisa sobre as construções de memórias conflitantes sobre a Guerra das Malvinas se inicia com uma abordagem sobre como acontecimentos que marcaram a História e geraram posteriores embates no campo da memória.

Os embates no campo da construção de memórias

Para Walter Benjamin (1993, p. 224-225), o processo ativo de rememoração fundado na experiência expressa a possibilidade de compreensão do passado e de construção de narrativas históricas que podem constituir ações ativas no presente, ou seja, olha-se para o passado na sua articulação com o presente, pois “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que, também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer”.

Assim, há que se recuperar os projetos sonhados e não construídos, ou construídos e vencidos no passado para evitar que caiam no esquecimento. Por isso é fundamental sua reconstrução, não em narrativas heroicas, mas ao contrário, o narrador deve ser, segundo Gagnebin (2006, p.52), um catador de sucata e lixo, aquele que recolhe restos e detritos, não tendo por objetivo recolher grandes fatos e sim “deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação”, o que a “história oficial não sabe o que fazer ou até mesmo tenta apagar”, ressaltando em sua pesquisa o que “foi esquecido, que não teve direito à lembrança”.

Nessa perspectiva, é papel do historiador contrapor seus estudos e perspectivas à memória oficial, retomando aquilo que foi desprezado, relegado ao esquecimento e buscar espaços para as memórias de pessoas e grupos que tiveram seus projetos preteridos ou derrotados, suas lutas interrompidas ou vencidas. É preciso reabrir aquilo que a história oficial fixou como tal. Tal reabertura é empreendida a partir de processos de rememoração daquelas experiências que pareciam perdidas mas que, quando retomadas, ressurgem enquanto possibilidades de redenção e de reparação de tudo aquilo que poderia ter sido e não foi.

Outro aspecto a ser considerado na análise do campo das disputas pela memória é que são as demandas do presente que nos fazem entrar na disputa pela representação do passado, até porque, segundo Lowe (2005, p.60-61), ao analisar as teses de Benjamin,

“o passado é iluminado pela luz dos combates de hoje, pelo sol que se levanta no céu da história”. Ou seja, “o presente ilumina o passado e o passado iluminado torna-se uma força no presente”. Os combates do presente é que fazem os grupos sociais buscarem no passado a força para a mudança, a transformação. As discussões pós-guerra em torno das memórias construídas sobre a Guerra das Malvinas é um exemplo de que demandas do presente tem um importante papel na forma que determinado acontecimento do passado é lembrado.

A luta dos ex-combatentes pelo reconhecimento da sociedade, por ressarcimento financeiro e respeito, assim como de familiares de combatentes mortos pela legitimidade da batalha que ceifou a vida de seus filhos, reivindicando a heroicidade e o sentido para essa grande perda, são exemplos de como demandas do presente levam a construções e reconstruções de memória sobre um acontecimento e conseqüentemente a conflitos. Como defende Pollack (1989, p.08) “sobretudo, a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado”.

Os diferentes grupos que defendem diferentes construções de memória sobre a guerra estão, portanto, não apenas disputando o passado, as formas de lembrar o conflito, mas estão disputando o presente, questões que implicam politicamente, economicamente e socialmente os interesses de cada grupo na Argentina de 2015, o que é analisado por Seixas (2004, p. 42):

A memória é ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado (e, portanto, do presente). Reformar o passado em função do presente via gestão da memória significa, antes de mais nada, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações...) Noção de que a memória torna poderoso (s) aquele (s) que a gere (m) e controla (m).

De acordo com Paul Ricoeur (2007, p.156) em “A Memória, a História, o Esquecimento”, na passagem da memória à historiografia mudam de signo o destino do espaço no qual se deslocam os protagonistas de uma história narrada, e o tempo no qual os acontecimentos narrados se desenrolam, construindo-se, assim, um conjunto em que o “aqui” e o “lá” do espaço vivido da percepção e da ação e o “antes” do tempo vivido da memória se reencontram enquadrados em um sistema de lugares e datas do qual é eliminada a referência ao “aqui” e ao “agora” absoluto da experiência viva.

A busca pelas memórias relegadas visa, acima de tudo, a luta contra o esquecimento, o que é analisado por Gagnebin (2006, p.47) ao citar o objetivo de Hitler,

que ao querer eliminar todo um povo desejava destruir uma face da história e da memória: “o esquecimento dos mortos e a degeneração do assassinio permitem, assim, o assassinato tranquilo, hoje, de outros seres humanos cuja lembrança deveria igualmente se apagar”. Porém, tal empreendimento nunca se dá de forma eficiente, de acordo com Beatriz Sarlo (2007, p. 10), que acredita que uma família, um governo ou um Estado podem até tentar proibir a memória de um determinado acontecimento, mas só de maneira ineficiente, ou então tentando eliminar todo um povo, coisa que nem Hitler conseguiu: “em condições subjetivas e políticas ‘normais’, o passado sempre chega ao presente”. Segundo Michel Pollack (1989, p.06) “assim como as razões de um tal silêncio são compreensíveis no caso de antigos nazistas ou de milhões de simpatizantes do regime, elas são difíceis de deslindar no caso das vítimas”. Mas ocorre também que “o longo silêncio do passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”.

Ou seja, o silêncio é compreensível para os opressores e seus simpatizantes, mas toma outras formas quando se trata das vítimas, que mesmo ao optar pelo silêncio, não está optando pelo esquecimento, mas apenas apresentando mais uma forma de resistência diante dos discursos oficiais, sendo que para Pollack (1989, p.09), “o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados”. A questão do esquecimento, no que diz respeito à memória da Guerra das Malvinas apresenta algumas complexidades. Em alguns períodos a memória oficial visava o esquecimento da guerra, em outros o esquecimento apenas de determinados aspectos que caracterizaram a guerra. No momento imediato ao final do conflito, não somente o governo – ainda da ditadura militar –, mas também parte da sociedade argentina desejava o silêncio e o esquecimento sobre algo que naquele momento era considerado um empreendimento “desastroso” da Junta Militar, com o aval da própria sociedade que apresentou seu apoio à tomada das ilhas logo que esta foi anunciada no dia 02 de abril de 1982.

As consequências da guerra, os jovens mortos e feridos e especialmente a derrota, caiu como um fardo pesado demais para uma sociedade que diante de seu mea culpa preferiu o “silêncio”. Silêncio que se configurou em exclusão daqueles grupos, para os quais o esquecimento não era uma tarefa tão simples: veteranos e familiares de soldados mortos. Eles reagiram diante da política do esquecimento, se unindo em associações e lutando para que suas vozes fossem ouvidas e consideradas dentro de construções de memórias oficiais. Esta união se mostrou frágil com o passar dos anos pós-guerra, quando

esses mesmos grupos mostraram divergências na forma de construírem suas memórias, o que tem gerado um longo conflito, tema de nosso artigo.

Outro importante motivador de conflitos no que diz respeito à memória é a tentativa de enquadrá-la. Pollack (1989, p.09) explica que as memórias coletivas – que ele acredita ter sido abordada por Halbwachs sob um viés positivo⁹ – se assemelham à memória nacional no seu objetivo “mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc.”, ou seja, promove um enquadramento da memória, com o objetivo de manter a coesão de grupos sociais: “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais”. A memória coletiva seria uma memória enquadrada. Esse enquadramento da memória tem como base a história e como o material histórico é constantemente reinterpretado em função do presente e do futuro, o autor (1989, p.08) defende que tal processo é contido, com o objetivo de manter a credibilidade que se exige dos discursos de memória desses grupos: “esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados [...]. Esse papel existe, embora de maneira menos claramente definida, nas associações de deportados e ex-combatentes”.

Pollack (1989, p.10) lembra sua pesquisa sobre os sobreviventes de Auschwitz-Birkenau, quando uma das responsáveis pela associação disse: “o senhor deve compreender que nós nos consideramos um pouco como as guardiãs da verdade”, o que lhe revelou o controle da imagem que se tem em uma associação como essa, justificando a escolha que os responsáveis fazem de quais testemunhas são adequadas para serem entrevistadas pelo pesquisador. Isto, de acordo com o autor (1989), explica o motivo de criminosos, prostitutas, ciganos, homossexuais, etc., tenham sido evitados na maioria das “memórias enquadradas” sobre o Holocausto, tendo tão pouco espaço na historiografia, ao contrário das outras vítimas, os judeus. Porém, por mais sólida que uma instituição seja, não há uma total segurança de sua perenidade, como observa Pollack (1989) ao ressaltar que quando essas inúmeras memórias coletivas, enquadradas, se integram bem

⁹ De acordo com Pollack (1989, p.09), “na abordagem durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Assim também, Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de ‘comunidade afetiva’”.

à memória nacional, oficial, dominante, não há problemas de coexistência; mas quando se trata das memórias subterrâneas torna-se um terreno fértil para os conflitos.

Aquele que com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecer os limites desse trabalho de enquadramento e ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais (POLLACK, 1989, p.12).

Um exemplo disto é o Brasil, onde as memórias da ditadura militar (1964-1985) são marcadas pelo conflito. Diferentes setores da sociedade argumentam pela memória e/ou pelo esquecimento, enquanto a ausência de uma política da memória, como a empreendida na Argentina, tem proporcionado, entre outros embates, o surgimento de grupos que pedem o retorno dos militares ao poder.

Michel Pollack (1989, p.04) ressalta que os objetos de pesquisa são escolhidos preferencialmente onde existe “conflito e competição entre memórias concorrentes” e que esses conflitos se tornaram os temas prediletos de pesquisadores por estarem relacionados às “verdadeiras batalhas da memória” que temos presenciado. O autor cita exemplos desses conflitos ao lembrar que quando Nikita Krushev, no XX Congresso do Partido Comunista na União Soviética, denunciou os crimes de Stálin pela primeira vez, houve uma reviravolta que culminou com a desistalinização que, em um primeiro momento, não conseguiu se impor, mas que reemergiu 30 anos depois no governo de Gorbachev. O processo abriu espaço para ressentimentos que nunca puderam ser expressos, já que, de acordo com Pollack (1989, p.05) “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória”.

Assim como no exemplo da União Soviética, os conflitos pela memória de dois dos mais pesquisados acontecimentos do século XX têm se configurado ainda em 2014. A Primeira e a Segunda Guerra Mundial têm produzido, mesmo depois de mais de 100 anos do desfecho da primeira, episódios que são marcados por disputas no campo da construção de memórias. Em 2014, a União Europeia se recusou a fazer uma comemoração em comum por causa das divergências entre as formas que as nações integrantes entendem a Primeira Guerra. Segundo a jornalista Clara Barata (2015, [s.p.]), em matéria do Jornal “O Público” de Portugal o investigador Pierre Purseigle ressaltou: “percebe-se que as instituições europeias estão relutantes em abordar a História e memória da I Guerra Mundial. Mas espero que a Comissão e o Parlamento Europeu em particular não tenham ainda desistido deste centenário”.

A matéria cita um exemplo do conflito que impediu uma comemoração conjunta no centenário da Primeira Guerra Mundial. De acordo com Clara Barata (2015, [s.p.]) o ministro da Educação da Grã-Bretanha, Michael Gover, causou polêmica ao declarar que o “desapiedado e agressivo expansionismo” alemão, entre 1914-18, deveria ser sempre lembrado, assim como foi legítima a reação britânica durante a guerra. Na mesma oportunidade, o ministro acusou a série do ator Rowan Atkinson – que através do humor, criticava o papel de generais britânicos durante a Primeira Guerra – de fomentadora de “mitos não patrióticos” e de estar aliada ao revisionismo de historiadores de esquerda. Tais declarações geraram polêmica e reforçaram a impossibilidade de uma ação conjunta no que diz respeito a eventos europeus para lembrar a guerra, impossibilidade que sugere como “a memória da guerra pode ser quase tão conflituosa como a própria guerra”.

Já Portelli (1996) apresenta um exemplo relacionado à Segunda Guerra onde se dá um embate no campo da memória. Segundo o autor, no dia 29 de junho de 1944 as tropas de ocupação alemã mataram 115 civis, homens da cidade de Civitella Val di Chiana, na Toscana. Mulheres e crianças se refugiaram na mata e ao voltarem encontraram seus maridos atingidos na cabeça. As mulheres recolheram os corpos, construíram os caixões e os sepultaram. De acordo com Portelli (1996, p.105), ao analisar a obra de Giovanni Contini, diante desse acontecimento, houve uma “memória dividida”, sendo que a memória “oficial” apresenta o massacre como um exemplo de resistência ao fascismo e suas vítimas como mártires da luta pela liberdade, enquanto a memória criada e preservada pelos sobreviventes, as mulheres e crianças, eram direcionadas pela perda pessoal, pelo luto, memória esta que “não só nega qualquer ligação com a Resistência, como também culpa seus membros de causarem, com um ataque irresponsável, a retaliação alemã”. Portanto, enquanto a memória oficial foi construída para ressaltar um “exemplo de resistência contra as tropas alemãs”, as memórias subterrâneas dos moradores, relegadas ao esquecimento por esta memória oficial, divergiam completamente desta, ao culparem membros da Resistência local de matarem soldados nazistas e deixarem a população vulnerável à retaliação alemã. São diferentes memórias que o autor relata estarem em choque até a atualidade “até mesmo choque corporal, uma vez que a população local entendia as celebrações oficiais em nome da Resistência, como uma violação de suas memórias e perdas” (PORTELLI, 1996, p.106).

Outro exemplo de disputa no campo da memória é dado pelo historiador Jonathan Grossman (2000, p. 19) que analisa o papel da Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR) na África do Sul logo após o fim do regime apartheid. O autor explica que o

objetivo da comissão era a reparação de danos sofridos pelas vítimas do regime através da investigação de violações de direitos humanos ocorridos durante o apartheid, mas apesar de muitas das iniciativas da CVR respeitar a dignidade da vítima, a comissão não fala “de sua luta, nem de sua percepção do rumo que o futuro deve tomar. Esse esforço está direcionado sobretudo para que os depoentes falem de suas dores na condição de vítimas, tendo como meta última e predeterminada a reconciliação nacional”. Ao agir dessa maneira “a CVR está reforçando e difundindo cada vez mais uma visão autoritária da história, na qual a ação das massas torna-se o pano de fundo contra o qual indivíduos famosos são iluminados como os construtores da história”. Essas testemunhas foram colocadas como vítimas passivas do sistema opressor, já que suas ações de luta, sua sobrevivência e resistência que os fazem ativos na construção desse acontecimento histórico, são ignoradas no relato da comissão.

Diante desse quadro, em que não podiam depor expondo sua participação ativa contra o apartheid, Grossman (2000, p.19) explica que muitos ex-militantes preferiram silenciar-se para preservar suas experiências: “O silêncio é escolhido para proteger a memória”. A CRV, que buscava um discurso vitimizador por acreditar que esse seria um dos fatores a facilitar o processo de reconciliação pós-regime, acabou gerando, com isso, ressentimentos e resistências de parte da sociedade sul africana, tornando mais complexa tal reconciliação. Além disso, para Grossman (2000, p.23), negar o papel ativo desses militantes nesse processo de luta coloca em risco o futuro do país e deslegitima a importância da experiência desses trabalhadores que foram ativos dentro do processo histórico: “o barulho que fizeram ecoou e amplificou as esperanças de milhões de pessoas em todo o mundo. Na realidade de sua interferência está a base para cada mudança progressista na África do Sul”.

Conflitos fazem parte do complexo campo das memórias, onde a luta por sua “posse” e “interpretação” vão da dimensão do núcleo familiar a temas que envolvem toda uma nação. Quando se fala em conflitos no campo da memória na Argentina é inevitável abordar o período pós-ditadura militar (1976-1983), em que vítimas da repressão e familiares dos desaparecidos continuam lutando para manterem a memória do que foi o regime. Uma das primeiras manifestações públicas contra a repressão do governo militar foram as *Madres de la Plaza de Mayo*, que iniciaram suas reuniões em 1977 na *Plaza de Mayo*, em frente à Casa Rosada, pedindo informações sobre os seus filhos desaparecidos e continuou no pós-ditadura, buscando manter viva a memória da repressão, responsável pelo desaparecimento de filhos e netos. Sarlo (2007, p.20) ressalta a importância da

existência desses grupos que lutam pela memória da ditadura e defende que “a memória foi o dever da Argentina posterior à ditadura militar e o é na maioria dos países da América Latina”, sendo que as vítimas, sobreviventes e familiares de desaparecidos, tiveram um papel fundamental ao possibilitarem a condenação do terrorismo de Estado: “os atos de memória foram uma peça central da transição democrática” e por isso, “nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória manifestados nos relatos de testemunhas e vítimas, não tivessem existido”.

A memória da ditadura militar na Argentina tem sido objeto de discussões acirradas entre grupos que defendem o lembrar e os grupos que defendem o esquecimento para centrar em outros temas e objetivos dentro da sociedade Argentina, o que para Sarlo (2007, p. 20) apenas apresenta o caráter conflituoso que é o campo da memória: “é evidente que o campo da memória é um campo de conflitos entre os que mantém a lembrança dos crimes de Estado e os que propõem passar a outra etapa, encerrando o caso mais monstruoso de nossa história”. Conflito este que se torna cada vez mais acirrado, já que tem se fortalecido grupos “que afirmam ser o terrorismo de Estado um capítulo que deve permanecer juridicamente aberto, e que o que aconteceu durante a ditadura militar deve ser ensinado, divulgado, discutido, a começar pela escola”.

Malvinas: a memória da guerra e a guerra pela memória

O conflito pela memória da Guerra das Malvinas durante o pós-guerra tem se tornado um tema inevitável quando se fala de Malvinas. Quando se imaginava que o fim da guerra era o 14 de junho de 1982, presenciamos o início de outro conflito, mais extenso e mais complexo que o que se deu no front: a disputa pela memória da guerra. Os trinta e oito anos pós-guerra tem sido palco do surgimento de diferentes discursos a respeito da melhor forma de rememorar o conflito.

Conforme Ansalti (2012), com as Malvinas ocorre “uma tensão muito forte entre memória e esquecimento”, principalmente pela relação da guerra com a ditadura militar:

Memória da guerra, dos mortos, dos direitos argentinos, esquecimento da inseparável relação entre Estado Terrorista de Seguridade Nacional e declaração da guerra, que foi um eixo não desconectado dos crimes de lesa-humanidade e o desaparecimento de milhares de homens e mulheres e de apropriação de centenas de meninos. Ali radica o nó da questão: toda reivindicação do 2 de abril é, necessariamente e mal que pese, uma reivindicação de um ato da ditadura (não digo da ditadura, senão do ato dela,

algo bem distinto), independente da intenção dos que a promoveram e mantiveram (ANSALTI, 2012, p.15).

Essa inseparável relação “ditadura militar/Guerra das Malvinas”, chamada pelo autor (2012) de “o nó da questão”, é o principal fator de discussões e conflitos na construção da memória da guerra. Para Ansalti (2012, p.17), “se trata de uma confrontação por definir o conteúdo do que tem de recordar e por extensão, o que tem de esquecer”, a questão é que “existe um conflito de memórias – ou memórias em conflito – pois não existe uma única memória, senão a pluralidade de memórias em confrontação”. Essa pluralidade de memórias em confrontação que buscam definir o que recordar e o que esquecer, também buscam espaço dentro da sociedade. Para Ansalti (2012), ao contrário da memória da ditadura militar, a da Guerra das Malvinas ainda é relegada dentro da memória coletiva da sociedade argentina:

Se a memória da ditadura e sua brutal violação dos direitos humanos está relativamente presente na memória coletiva, não ocorre o mesmo com o outro processo desgarrador vivido pela sociedade argentina – também ele, estritamente vinculado com a ditadura, da qual terminou sendo cozeiro -, da Guerra das Malvinas. [...] Talvez, esta [sociedade] – ou parte considerável dela – encontra nos soldadinhos de 1982 o recordar do apoio que brindou aos ditadores na ocasião da ocupação militar das ilhas, recordar que prefere esquecer. Possivelmente, também, queira esquecer a derrota (ANSALTI, 2012, p.2017).

Ansalti (2012) entende que a relação de “desprezo” da sociedade argentina para com esse acontecimento e pelas memórias que são construídas sobre ele, fazendo com que esse eixo traumático fosse muito menos processado do que a ditadura, pode ser um artifício para o esquecimento de sua *mea-culpa* no empreendimento de um acontecimento que foi ressignificado como desastroso para o país. Ao buscarem o esquecimento da guerra, ignoram o destino dos homens que voltaram dela e se distanciam ainda mais da reivindicação pela soberania das ilhas. Para Guber (2012), a Argentina tem essa dívida para com a Guerra das Malvinas por não ter elaborado uma política da memória e simplesmente descartá-la, sendo que os argentinos

se viram expostos, com sentidos experienciais sumariamente contraditórios, às versões dominantes que ‘recordavam’ ‘Malvinas’ como um fiasco e uma loucura irresponsável, isto é, como um passado nefasto que somente convida ao terror, jamais à compreensão [...] não haver elaborado uma política da memória sobre a única guerra argentina do século, isto é, descartá-la como sem razão, reduziu em sua emergência agitada e intempestiva, frequentemente em aparência ‘irracional’, ainda por parte de quem chegou a representar a firmeza moral ante a maré patriótica (GUBER, 2012, p.115).

O período logo após o fim da guerra, mais precisamente durante a década de 1980, foi marcado por construções de memórias sobre o conflito, influenciadas pelo temor do

recente período ditatorial e, dessa forma, marcado por representações que objetivavam que esse acontecimento não se repetisse na história da Argentina. Por isso, sobressaíram as representações que ressaltam os soldados como vítimas e a tentativa de manter viva na memória da sociedade o fato de que foi das mãos da Junta Militar ditatorial que se iniciou um conflito que ceifou a vida de tantos jovens enviados para as Malvinas sem as condições necessárias para as proporções dessa guerra.

Elisabeth Hüdepohl (2007, p.191) defende que a Junta Militar do período pós Malvinas, os governos constitucionais que vieram depois, os meios de comunicação de massa e vários setores da sociedade contribuíram para essas representações sobre a guerra, desde o “ocultamento e o silêncio no regresso dos soldados, passando pela indiferença estatal, a desmoralização, a confusão, a culpabilização de haver enfrentado ao invasor, e até a desvalorização e a falta de reconhecimento daqueles homens”. De acordo com a autora (2007), nas primeiras eleições democráticas pós-ditadura (1982-83), os políticos que haviam apoiado a luta pela soberania nas ilhas optaram por esquecer o tema e destacar em seus projetos de governo questões humanitárias e econômicas. Uma postura conveniente, já que estes candidatos não iriam contra o anseio da sociedade de esquecer sua participação no apoio ao empreendimento.

Hüdepohl (2007, p. 207) ressalta que o governo do candidato vitorioso, Raul Alfonsín, apresentou claro objetivo de desmilitarizar e se opor às Forças Armadas ao anular o feriado de 2 de abril “Dia das Ilhas Malvinas, Georgias del Sur e Sándwich del Sur”, que o ex-presidente Bigone havia decretado, substituindo-o pelo dia 10 de Junho, dia em que Luis Vernet foi nomeado governador das ilhas em 1833, sendo o “Dia da afirmação dos direitos da Argentina sobre as Malvinas e Ilhas do Atlántico Sur”. Isto provocou a revolta dos veteranos, que acusaram o presidente de tentar promover o esquecimento da guerra e, nesse embate sobre as representações do conflito, conseguiram “a volta ao 2 de abril, e a data anterior se manteve até que conseguiram declarar o feriado nacional, Dia do veterano e dos mortos na Guerra das Malvinas”.

Todo esse processo, durante a década de 1980, de aversão às Forças Armadas, vitimização dos soldados que participaram da guerra, cuidado em manter a memória da guerra como um empreendimento da ditadura, foi responsável por um quadro de indiferença para com os veteranos das Malvinas, o que resultou em abandono das autoridades no que diz respeito às pensões e indenizações e à atenção às necessidades de atendimento médico-psicológico que os amparassem. Um quadro que tornou mais complexa a reintegração de muitos veteranos à sociedade, sendo que já enfrentavam

dificuldades pela falta de oportunidades de trabalho. A indiferença e a exclusão são consideradas os principais fatores que levaram a um considerável número de suicídios.

A década de noventa foi caracterizada pelo maior espaço dado a duas formas de representação da guerra: o discurso vitimizador se debilitou e, de acordo com Lorenz (2012, p.253), toma maior espaço o discurso que valoriza o papel ativo dos veteranos. “Haviam sido vítimas desse processo, porém também em ambas as ocasiões, e no presente dos ex-combatentes, os motores da mudança. Esta era uma das rupturas mais fortes com o discurso vitimizador da década de 80”. Outra característica das representações empreendidas na década de 1990 foi o retorno ao individual no que diz respeito ao combatente, que nos 80 estava mais vinculado ao grupo através de suas associações, agora empreende ações que são mais intimistas e individuais. De acordo com Lorenz (2012, p.267) “o símbolo distintivo dos anos 90 foi o dos retornos individuais: pais e irmãos, os filhos, para visitarem seus mortos [no cemitério de Darwin nas Malvinas] e alguns ex-soldados para encerrar suas histórias pessoais com a guerra”. Exemplo disso foi dado pelo veterano Edgardo Esteban, cuja obra *Iluminados por el fuego* deu origem a um filme, que retorna sozinho para Malvinas como forma de resgatar a memória de seus tempos no *front* junto aos colegas de trincheira.

Foi durante a década de 90 que se produziu outro episódio emblemático sobre a Guerra das Malvinas, quando durante a gestão Menem, decidiu-se construir um monumento em homenagem aos mortos na guerra. De acordo com Guber (2012, p.149) as discussões giraram em torno da praça escolhida para acolher tal monumento, a *Plaza San Martín*, “[...] a Praça San Martín era em si mesma um espaço comemorativo da glória dos argentinos, contrastando com o tom funerário do cenotáfio e também com o sem sentido da guerra das Malvinas na história nacional”.

Colocar um monumento que representa uma guerra perdida, e apresenta uma lista de jovens que tiveram suas vidas ceifadas no conflito, justamente na praça onde fica a estátua de San Martín, símbolo da glória e da vitória dos argentinos na luta pela independência foi considerado, por alguns setores da sociedade, uma incoerência. Porém para Guber (2012) era um ato com claro objetivo político, já que aqueles jovens como filhos dessa nação, seriam fator de integração nacional:

Agora o monumento aos mortos em Malvinas punha em evidência o duplo jogo da estratégia presidencial, apelando ao parentesco como via de integração da Nação, e à Nação como restauração do parentesco. Na mesma linha de Alfonsín em suas ‘Felizes Páscoas’, Menem também tratava de restaurar a Nação como casa de todos os argentinos, emplacando o monumento em um espaço simbólico da argentividade (GUBER, 2012, p.155).

O início do século XXI foi marcado pela política de memória do kirchnerismo que teve como atos importantes o pedido de perdão do presidente para os veteranos, o aumento considerável do valor das pensões, a intensificação das reivindicações pelo retorno das negociações com a Grã-Bretanha pela soberania nas Malvinas e um discurso nacionalista e patriótico que reforçava o objetivo do governo de continuar a lutar pelas Malvinas. Para Lorenz (2012, p.375), já no vigésimo aniversário da guerra, os veteranos conseguem uma representação mais distante do jovem vítima e mais próxima da figura de ‘exemplo’ para a sociedade, sendo que a guerra começou a ser chamada de ‘gesta’ [‘façanha’], um processo que se iniciou ainda na década de 90 e se intensificou nesse ano. Outro aspecto foi o maior espaço conquistado pelos veteranos para seus relatos sobre o conflito.

Tais visões do discurso kirchnerista foram responsáveis por intensificar os embates no campo das construções de memórias sobre a guerra, principalmente quando as revisões das narrações sobre as Malvinas são consideradas por alguns como empreendimentos não patrióticos. Um exemplo ocorreu na comemoração dos 25 anos da guerra, organizada pelo Ministério da Defesa, em que a *Comisión de Familiares de caídos en Malvinas* se retirou do evento devido à associação de veteranos CECIM de La Plata ter apresentando uma representação através de um boneco de um soldado sendo estaqueado. A imagem sugere para os membros da *Comisión de Familiares*, o retorno ao discurso de vitimização dos soldados, que impede o processo de construção da imagem de seus filhos como heróis de guerra.

Durante o kirchnerismo, a política de memória do governo que colocava em pauta os crimes de lesa-humanidade foi um importante espaço de ação para veteranos que reivindicavam justiça para os abusos cometidos por oficiais contra soldados durante a guerra. Em 2007, a associação CECIM de La Plata denunciou, junto à Secretaria de Direitos Humanos bonarenses, 70 oficiais e suboficiais por violações de direitos humanos contra sua tropa durante o conflito. Outra discussão que ganhou espaço foi a de que militares que haviam participado da repressão durante o período da ditadura militar e que também participaram da Guerra das Malvinas, não poderiam ter honras de heróis de guerra. A retirada do quadro de Videla (primeiro general presidente da última ditadura militar argentina) dos muros do Colégio Militar de la Nación em 2004, foi o primeiro passo para outro processo simbólico relacionado às Malvinas. Segundo Lorenz (2012, p.359) “o Conselho Deliberante de la ciudad de Mar del Plata decidiu fazer o

mesmo, em outra escala: tirou de suas paredes o retrato de Giachino, oficial naval morto durante a recuperação das Malvinas (o mataram ao atacar a casa do governador britânico)” devido às denúncias que o envolviam com repressão ilegal .

Para Castilho (2012, p.20), a Guerra das Malvinas pouco tem a ver com a guerra suja antissubversiva, mas é difícil para a opinião pública simpatizar, por exemplo, com o capitão da Marinha Alfredo Artiz, que comandou tropas argentinas na guerra e que é conhecido como o “anjo louro”, quando como tenente participou da guerra suja e em 1976 ocupou o cargo de administrador da Escola Mecânica da Marinha (ESMA), um dos pelos menos 15 campos de extermínio, lugar em que inaugurou “o serrote utilizado para amputar e aniquilar os presos políticos argentinos, tarefa na qual Artiz se aperfeiçoou rapidamente”. Conforme Castilho (2012), segundo a Anistia Internacional, de 4.700 homens, mulheres e crianças que passaram pela ESMA, só 100 sobreviveram. Artiz também foi acusado do sequestro e assassinato da cidadã sueca Dagmar Hagelin e de se infiltrar em centros religiosos, disfarçado de parente de desaparecido, e promover depois a tortura e assassinato de militantes defensores de direitos humanos que identificava no grupo. O mesmo oficial foi comandante de 140 militares nas Geórgias do Sul (uma das ilhas que formam Malvinas), todos treinados na luta subversiva.

Portanto, a relação ditadura militar/ Guerra das Malvinas se tornou o ponto central das principais discussões a respeito da guerra. O fato de a guerra ter sido empreendida por um governo de uma Junta Militar gerou questionamentos tão polêmicos e controversos que tornaram as construções de memórias sobre o conflito um campo onde constantes embates emergem.

A relação ditadura militar/Guerra das Malvinas é analisada por veteranos e membros da *Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur*. Para o ex-combatente da associação de veteranos civis CECIM de La Plata, Carrizo (2015, [s.p.]), a guerra se resume em “um artigo, um substantivo e um adjetivo: A GRANDE TRAIÇÃO”. O motivo é que os militares argentinos, estando ligados aos norteamericanos, não estavam em posição de ter uma atitude patriótica de defesa da soberania do país e por isso “foram cúmplices de uma traição muito grande para nosso povo. Que se manifestou nisto que eu te comentei recente: o avanço do militarismo britânico, o avanço das políticas para a região Sul e os bens que tem a região Sul”. Para o veterano não foi uma guerra pensada para salvar a Argentina, “senão pelo contrário, foi uma guerra pensada para destruir ao país”. Ou seja, o empreendimento da guerra pelos

militares foi uma estratégia para abrir caminho para os britânicos, junto com os outros países da OTAN, consolidarem sua presença no Atlântico Sul através das Malvinas.

O veterano ressalta que não foi uma decisão inteligente, mas que causou humilhação e muita dor nos argentinos. Porém, todos estão convencidos de que as Malvinas são argentinas: “por aqui uns podem ser do Boca, uns podem ser do River, uns podem ser peronistas, uns podem ser de esquerda, uns podem ser de qualquer partido político, porém, há um acordo e básico, é que as Malvinas são argentinas”, E ressalta que “também tem dito a última Assembleia das Nações Unidas. Os únicos que dizem que as Malvinas são deles são o Reino Unido e os Estados Unidos, que muitas vezes se abstém”.

O fato de a guerra ter sido iniciada por um governo da ditadura militar marca fortemente Carrizo, por ter vivenciado de perto as consequências do regime ao ter participado – junto a amigos, alguns posteriormente desaparecidos – na luta contra o governo e, por isso, já no momento da sua convocação questionou a legitimidade da ação por esta ser empreendida dentro de tal regime:

Conhecíamos o que havia feito a ditadura, porque a havíamos sofrido também na carne própria. [...] Uma das primeiras formas que tinha a ditadura, que havia feito desaparecer a muitos de teus amigos. Então, muitos de nossos companheiros se haviam clandestinizado. Muitos haviam exilados e outros estavam presos [...] exilados fora e longe (CARRIZO, 2015, [s.p.]).

Veterano da associação CECIM de La Plata, Alonso (2015, [s.p.]) também ressalta o fato de a guerra ter sido empreendida por um governo da ditadura militar para explicar sua posição contrária ao empreendimento: “Fomos as últimas vítimas coletivas de uma decisão da ditadura militar. [...] Te mandam às Malvinas e te mandam à morte”. Para Alonso, basta imaginar que se ao invés dos britânicos, tivessem sido os argentinos a vencerem o conflito: “sempre me faço esta pergunta: imagina o hipotético caso, que os britânicos se houvessem retirado, a quem pertenceriam essas ilhas? Não sei se me entende. A que projeto? A que modelo? Ao modelo de uma ditadura”. Por isso, para Alonso havia uma questão de erro de origem na decisão: “era um governo ditatorial de fato, e alienado e orientado a interesses estrangeiros”. Dessa forma, o conflito nas Malvinas foi um ato irresponsável do governo da ditadura, um

governo de fato, que não havia respeitado a soberania de nosso povo. Que se havia apropriado do poder de forma irregular por golpe de Estado. Um governo que não havia respeitado aos trabalhadores, aos estudantes, que havia desenvolvido toda uma política repressiva de desaparecimento. Um governo que em políticas sociais e econômicas não havia respeitado a soberania de nosso país. Haviam vendido tudo. [...] E umas Forças Armadas que não estavam com uma doutrina de Defesa Nacional, senão a Doutrina da

Seguridade Nacional, que haviam sido aliadas aos Estados Unidos e, também, dos países centrais (ALONSO, 2015, [s.p.]).

Das citações de Alonso podemos destacar alguns pontos importantes: para o ex-combatente a guerra não deveria ter ocorrido por ser uma ação da ditadura militar, acusados de atos de repressão e violação dos direitos humanos, além da incoerência de ter partido de um governo que se posicionou como aliado de países hegemônicos, cujas intenções “imperialistas” eram responsáveis pelo domínio das Malvinas. As questões levantadas por Alonso apresentam dois dos principais questionamentos do CECIM: as relações ditadura militar/Guerra das Malvinas e ditadura militar/Países hegemônicos “imperialistas”, o que torna a guerra, para eles, uma incoerência, já que é resultado de uma ação de um governo ilegítimo e repressor e se trata de um evento entre aliados Argentina/Grã-Bretanha/Estados Unidos, aspectos que intensificaram a revolta de grupos de veteranos no pós-guerra já que eles, os soldados civis, foram levados a uma guerra dentro desse contexto carregado de contradições.

Ao questionar o general Fernández (2015, [s.p.]), presidente da associação AVEGUEMA, formada só por veteranos oficiais, sobre a existência de grupos que defendem que a guerra foi um ato irresponsável do governo da ditadura militar, ele responde que tal posição é motivada por interesses materiais:

Muita gente, através desse discurso, obtém recursos, os grupos que os reivindicam. Quer dizer, lhes entra dinheiro no bolso. E depois há um interesse ideológico, porque há setores dentro desses grupos que pretendem destruir o prestígio das Forças Armadas, além da ditadura ou nenhuma ditadura.

Fernández, portanto, em sua posição de membro do Exército, nega a guerra como sendo apenas um ato de irresponsabilidade da Junta Militar e conclui defendendo a necessidade dos grupos que defendem essa ideia distinguirem um governo da ditadura com o Exército, ressaltando que para ele o regime ideal é a democracia. Nesse trecho, destacamos a dicotomia Ditadura/Democracia, que estará presente em vários trechos das falas de Fernández, ao defender a legitimidade da guerra que, para ele, independe do regime de governo que a empreende. Já para o CECIM, ao contrário, tal dicotomia é determinante na definição do que foi o empreendimento nas Malvinas.

O tenente-coronel Yorio (2015, [s.p.]), da AVEGUEMA, também ressalta a possibilidade de interesses financeiros quando questionado sobre grupos que defendem a guerra como um ato irresponsável do governo da ditadura militar, no sentido de estarem recebendo para tomarem tais posições: “lamentavelmente se tem visto que não

há um âmbito que se salve da corrupção no mundo. Assim, que até pode ser que os paguem para que digam isso”. Portanto, para Yorio, os interesses de países hegemônicos nesses pensamentos podem levá-los a angariar “apoio” interno na Argentina. Yorio (2015, [s.p.]) defende que a Argentina foi colocada dentro de uma situação em que a guerra se tornou inevitável:

Sigo insistindo no que disse antes. Penso que os EUA e a Inglaterra necessitavam das ilhas Malvinas e por isso fizeram todo o demais para poder conquistá-la. Quer dizer, o governo argentino.....um ato irresponsável....bem penso que pode havê-lo freado, estudando a história era quase impossível freia-lo.

Isso porque, segundo o veterano, o conflito já estava nos planos de britânicos e norte-americanos: “eu em definitivo não creio que haja sido irresponsável, senão, que foi até obrigado pelas circunstâncias externas e também internas”. Analisando os depoimentos dos militares identificamos que, tanto Fernández quanto Yorio, negam a ideia da guerra como uma irresponsabilidade do governo argentino da Junta Militar e ressaltam acreditarem que os grupos que defendem esse pensamento estão a receber vantagens financeiras dos países interessados em tais discursos. Fernández coloca, também, outro ponto que segundo ele é do campo ideológico: a aversão de tais grupos às Forças Armadas¹⁰.

César Trejo (2015, [s.p.]), veterano civil e representante da *Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur*, também defende que a ideia da guerra apenas como um ato de irresponsabilidade da ditadura militar converge com os objetivos dos países ditos “imperialistas”: “é evidente que consciente ou inconscientemente são instrumentos do império”. Para ele o interesse desses grupos é a “derrota espiritual dos argentinos, e a derrota espiritual dos argentinos tem a ver com a hegemonia do status quo imperial. “Direta, consciente ou inconscientemente, o interesse é a derrota espiritual

¹⁰Ao ressaltar, em vários momentos da entrevista, sobre o interesse ideológico de determinados grupos de desprestigiar as Forças Armadas, o general Sergio Fernández apresenta um debate que continua atual na Argentina. Segundo Luis Vasquéz (2015, [s.p.]), ao defender as Forças Armadas Argentinas, são vários os motivos para o desprestígio popular e para o enfraquecimento da instituição no país: o fracasso da ideia de Reorganização Nacional, empreendida no golpe de 76, que acabou com a crença de alguns setores da sociedade de que as Forças Armadas pudessem reordenar o Estado; as consequências da chamada luta antissubversiva; a desmalvinização que prega a ideia de que as guerras pela soberania nacional são desnecessárias “coisa que o imperialismo utilizou contra nós em mais de uma vez” e a crença que o Exército Argentino esteja enfraquecido, sem armamentos e sem capacidade de combate. Conforme Vasquéz (2015) o Tratado de Madri de 1990, assinado por Menem em acordo com o governo britânico, limitou o Exército a apenas 50 mil efetivos e limitou a Marinha no patrulhamento do mar argentino, o que, segundo o autor (2015), só serve aos interesses externos, deixando o país sem a possibilidade de se defender.

do povo argentino”. O veterano ressalta que a irresponsabilidade está é no ato de defender tal pensamento.

Na citação de Trejo podemos identificar vários elementos a respeito de sua posição sobre a relação da ditadura e da guerra. Primeiramente, Trejo sustenta que os grupos que apresentam um discurso da guerra como ato irresponsável estão, conscientemente ou não, trabalhando para um objetivo que são dos “impérios”, em um processo de derrota espiritual dos argentinos ao ter a guerra “justa” contra estes países deslegitimada.

Trejo conclui defendendo que a irresponsabilidade dos militares diante da Guerra das Malvinas foi de não ter aproveitado a solidariedade latino-americana. Tal iniciativa das Forças Armadas teria transformado a proporção da guerra, que colocaria britânicos enfrentando a América, o que mudaria o desfecho do conflito. Nesse sentido, defende o veterano, a guerra foi legítima, mas os militares pecaram em seu desenvolvimento, assim como tem pecado aqueles que “tentam deslegitimá-la” através dos seus discursos.

Para César Trejo é comum os países hegemônicos plantarem ideologias que desmobilizam os países oprimidos na luta contra a opressão impostas por tais ações

Os direitos humanos que parecem uma visão avançada, em realidade é uma visão retrograda. [...] Quem é a bandeira dos direitos humanos? Estados Unidos. Estados Unidos invadem o Iran pela defesa dos direitos humanos, invadem o Afeganistão pela defesa dos direitos humanos, invadem a Líbia pela defesa dos direitos humanos. [...] Agora em sua casa não os aplica com os negros. Os policiais brancos matam todos os dias negros nas ruas de Ohio, de grande parte das cidades norte-americanas. [...] Então com a desculpa do tema dos direitos humanos, dos soldados, porque não olhamos os direitos humanos dos 323 heróis do Cruzeiro General Belgrano (navio argentino atingido na guerra) que foram assassinados por uma ordem de Margaret Thatcher?, porque deliberadamente, com o afundamento do Belgrano, afundava definitivamente as possibilidades de paz, ou de uma negociação. [...] E que com os direitos humanos se julgam os países débeis e nunca os países poderosos (TREJO, 2015, [s.p.]).

Ao questionar o veterano Hector Rossi, que ainda não é reconhecido como veterano por ter atuado na defesa do continente e não nas Ilhas Malvinas, se este concordava com a ideia da guerra como ato irresponsável, este ressalta que

sim, porém, isso se sabe com os anos. No momento você não pode dar conta. Por isso, te volto a dizer, no transcorrer dos anos, quando alguém já é mais adulto, mais de 30-40 anos, ali, sobretudo, se alguém se encontra com um companheiro que está na mesma situação, que esteve no lugar parecido, vivendo as vivências parecidas, quando nos juntamos aqui, ali tomamos consciência do que havíamos feito. A real dimensão do que fizemos (ROSSI, 2015, [s.p.]).

Delmira de Cao (2015, [s.p.]), presidente da *Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur*, e mãe de um dos soldados mortos, aborda o tema ressaltando que foi uma guerra que não deveria haver acontecido. Porém, acredita que não devemos nos esquecer que o povo argentino apoiou a Guerra das Malvinas: “não nos esqueçamos. [...] Estou certa que era melhor que não houvera ocorrido. Eu não estou de acordo com a ditadura militar que fez a guerra, porém, não vamos dizer que são os pobres meninos da guerra”.

Ao analisar as citações de Delmira, podemos identificar seu receio diante da possibilidade do discurso da irresponsabilidade do governo da Junta Militar deslegitimar a guerra. Tal deslegitimação poderia tirar o sentido do sacrifício do filho, que foi como voluntário e morreu durante o conflito, assim como dos filhos dos pais membros da *Comisión*. Tanto Delmira quanto Trejo ressaltam o apoio popular à guerra, ao serem questionados sobre as responsabilidades dos militares. A responsabilização popular tira o peso de tal empreendimento das mãos das Forças Armadas e, assim, enfraquecem os questionamentos quanto à legitimidade do conflito.

Considerações Finais

Analisando os depoimentos dos veteranos, civis e militares, e da mãe de um dos soldados mortos, concluímos o quão plural e controverso tem sido o campo das construções de memórias da guerra. São diferentes demandas em relação ao passado e ao presente. Veteranos civis pedem a memória “completa” das causas e do desenvolvimento, inclusive o papel da ditadura militar em seu empreendimento, além dos relatos de abusos de oficiais argentinos contra seus próprios soldados, até porque esses abusos foram cometidos contra eles, os conscritos. Já os veteranos oficiais defendem que a legitimidade da luta contra a ‘invasão imperialista’ no Atlântico Sul possa ser colocada em risco quando se centra em questionamentos como a guerra ter sido empreendida por uma Junta Militar. Para alguns veteranos é necessário dissociar o governo da Junta Militar com o Exército que foi às Malvinas, o que para outros é impossível, já que houveram oficiais que participaram de crimes de repressão do governo e, também, no front da guerra. Para os membros da associação de pais de soldados mortos na guerra, deve-se ter cuidado ao questionar a relação ditadura militar/Guerra das Malvinas para não diminuir a importância do conflito e deslegitimá-lo, o que poderia invalidar a heroicidade de seus filhos.

Dissociar a guerra da ditadura não somente parece improvável, como indesejado dentro dos grupos que buscam um olhar mais problematizador do tema. O objetivo, portanto, seria deixar de reduzir esse acontecimento como só mais um episódio da ditadura militar. O desafio é encontrar caminhos que mesmo ressaltando a relação ditadura militar/Guerra das Malvinas, busque também uma política de memória, uma elaboração, um processamento dessa experiência histórica na memória coletiva da sociedade argentina.

Dentro desse projeto, a guerra seria narrada não ignorando nenhum de seus aspectos, principalmente o fato de ter sido gerida por uma ditadura militar, reconhecendo, também, os seus principais protagonistas, os ex-combatentes, porém, distinguindo entre estes os que estavam e os que não estavam envolvidos com as ações da ditadura no continente. Seria construir a memória da guerra como uma causa justa, mas ao mesmo tempo lembrar de todos os seus aspectos controversos, como o papel da Junta Militar e os abusos cometidos por oficiais no front. Até porque, a desejada construção de uma sociedade com democracia e justiça não se processa dentro de construções que sejam condescendentes com esquecimentos, mas por construções implementadas por políticas sérias e que tenham como centro, a memória.

WAR FOR MEMORY: MALVINAS AND THE CLASH AMONG VETERANS, MILITARY AND CIVILIANS, AND RELATIVES OF SOLDIERS KILLED IN THE FIELD OF MEMORY CONSTRUCTION

Abstract: We start the article by analyzing the conflicting field of constructing memories on traumatic events that marked History. Afterwards, we focus on how this conflict takes place in the construction of memories about the Malvinas War, which involve various sectors of Argentine society, mainly veterans of war, military and civilians, and relatives of fallen soldiers. The analyzed period starts in 1982, with the end of the war, and ends in 2015, the year of conclusion of the research. When analyzing the vast Argentine bibliographic material on the subject and interviewing veterans and family members of soldiers who died in the conflict, we concluded that the main factor in the conflict in the construction of memories of the war is that it was undertaken by a government of a military dictatorship, which, for a group, is an aspect that should always be remembered due to the abuses committed by officers against conscripts in the front, and, for others, should be forgotten to avoid arguments that delegitimize the war.

Keywords: Constructions of memories. Malvinas War. Argentine Military Dictatorship.

GUERRA POR LA MEMORIA: MALVINAS Y EL ENFRENTAMIENTO ENTRE VETERANOS, MILITARES Y CIVILES, Y FAMILIARES DE SOLDADOS MUERTOS EN EL CAMPO DE LA CONSTRUCCIÓN DE MEMORIAS

Resumen: Comenzamos el artículo analizando el campo conflictivo de la construcción de la memoria sobre hechos traumáticos que marcaron la Historia. Posteriormente, nos enfocamos en cómo se procesa este conflicto en la construcción de memorias sobre la Guerra de Malvinas, que involucran a diversos sectores de la sociedad argentina, especialmente a veteranos de guerra, militares y civiles, y familiares de soldados muertos. El período analizado comienza en 1982, con el fin de la guerra, y finaliza en 2015, año de conclusión de la investigación. Al analizar el vasto material bibliográfico argentino sobre el tema y entrevistar a veteranos y familiares de militares fallecidos en el conflicto, concluimos que el factor principal en la construcción de memorias bélicas es que fue emprendido por un gobierno de dictadura militar, que para un grupo es un aspecto que siempre hay que recordar por los abusos cometidos por los oficiales contra los conscriptos en el frente, y para otros hay que olvidarlo para evitar discursos que deslegitiman la guerra.

Palabras clave: Construcciones de memoria. Guerra de Malvinas. Dictadura militar argentina.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALONSO, Ernesto. **Entrevista concedida a Maurineide Alves da Silva**. La Plata, 02 de junho. 2015

ANSALTI, Waldo. **La memoria y el olvido como cuestión política**. A propósito de Malvinas. Ciencias Sociales. Buenos Aires, n. 80, p.12-17, 2012.

BARATA, Clara. **Quando a memória é ela própria uma guerra**. Buenos Aires, 2014. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/quando-a-memoria-e-ela-propria-uma-guerra-1621074>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CAO, Delmira H. de. **Entrevista concedida a Maurineide Alves da Silva**. Buenos Aires, 07 de junho. 2015

CARRIZO, Rodolfo. **Entrevista concedida a Maurineide Alves da Silva**. La Plata, 02 de junho. 2015.

CASTILHO, Carlos. A Argentina já não será a mesma. In. **Malvinas a grande lição**. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 2012.

FERNANDEZ, Sérgio. **Entrevista concedida a Maurineide Alves da Silva**. Buenos Aires, 03 de junho. 2015.

GAGNEBIN, Jeane Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo. Ed. 34, 2006.

_____. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP; Campinas: Unicamp, 2004.

_____. **Sobre Walter Benjamin**. Buenos Aires: Alianza, 1993.

GROSSMAN, Jonathan. Violência e silêncio: reescrevendo o futuro. In. **História oral**. Rio de Janeiro, n. 3, p.07-24, 2000.

GUBER, Rosana. **¿Por qué Malvinas? De la causa nacional a la guerra absurda**. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 2012.

HUDEPOHL, Elizabeth. La política de “desmalvinización”. In. PESTANHA, Francisco. **Malvinas: la otra mirada**; Buenos Aires: Corporación Buenos Aires Sur, 2007.

LORENZ, Federico G. **Las guerras por Malvinas: 1982 – 2012**. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

LOWE, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In. FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (org.) . **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In. FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (org.) . **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSSI, Hector C. **Entrevista concedida a Maurineide Alves da Silva**. Buenos Aires, 08 de junho. 2015

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org.) **Memória e (res) sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TREJO, César H. G. **Entrevista concedida a Maurineide Alves da Silva**. Buenos Aires, 04 de junho. 2015.

VASQUÉZ, Luiz. **Argentina Indefensa**: Porqué, oportunidades y propuestas para salir de esta situación (1a. parte). Buenos Aires, 2015. Disponível em <http://www.libreopinion.com/blog/2015/01/15/argentina-indefensa-porque->

oportunidades-y-propuestas-para-salir-de-esta-situacion-1a-parte/. Acesso em: 22 de Mar. 2015.

YORIO, Juan Carlos. **Entrevista concedida a Maurineide Alves da Silva**. Buenos Aires, 03 de junho. 2015.

SOBRE A AUTORA

Maurineide Alves da Silva é doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB); docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Recebido em 06/09/2021

Aceito em 19/01/2022